

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 09:00 horas, na sala de Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça, 6º andar da sede zona leste do Ministério Público, à avenida Lindolfo Monteiro, 911, Bairro de Fátima, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça Carmelina Maria Mendes de Moura. Presentes os Procuradores de Justiça **Teresinha de Jesus Marques, Alípio de Santana Ribeiro, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Fernando Melo Ferro Gomes, José Ribamar da Costa Assunção, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Aristides Silva Pinheiro, Luís Francisco Ribeiro, Zélia Saraiva Lima, Clotildes Costa Carvalho e Hugo de Sousa Cardoso**. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares (férias), Antônio Gonçalves Vieira (férias), Antônio Ivan e Silva (licença para tratamento de saúde), Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino (justificativa), Lenir Gomes dos Santos Galvão (férias), Hosaias Matos de Oliveira (férias) e Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando (férias)**. Inicialmente a Presidente cumprimentou os presentes. Em seguida informou que em razão da ausência justificada da Secretária do Colégio de Procuradores, Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, a Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Moura Borges Campos será a Secretária designada para a presente sessão. Desejou a todos um trabalho exitoso sobre a proteção de Deus e que ele os guie nessa sessão. Após, a Presidente fez a conferência do quórum regimental e declarou aberta a sessão. Na sequência a Presidente submeteu à apreciação do Colegiado a aprovação da ata da 7ª sessão ordinária, realizada em 26 de agosto de 2019. A ata foi aprovada sem retificação. Em seguida o Procurador de Justiça Aristides Silva Pinheiro suscitou questão de ordem para propor voto de pesar pelo falecimento do senhor Valdinar Freitas Fortes,

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

engenheiro civil da AGESPISA. O voto foi submetido à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores. Prosseguindo, a Presidente passou à apreciação da pauta, que trata especificamente da apresentação da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2020 (Lei Complementar nº 12/93, art. 16, inciso III e art. 3º, inciso III, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça). A Presidente iniciou a apresentação da proposta orçamentária informando que primeiramente foi formada uma comissão incumbida de elaborar e estudar a proposta orçamentária do Ministério Público para o exercício de 2020, que foi instituída por meio da portaria PGJ nº 2367/2019 e presidida por esta Procuradora-Geral, tendo como integrantes o Procurador de Justiça Antônio Gonçalves Vieira, as Promotoras de Justiça Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes, Débora Geane Aguiar Aragão e Flávia Gomes Cordeiro, o Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público, Hugo de Sousa Cardoso, o Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público, José Arimatéa Marques Arêa Leão Costa e os servidores Clériston de Castro Ramos e Ítalo Silva Vaz. Ressaltou que foi feita uma retrospectiva para elaboração da presente proposta, baseada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e alinhada ao Planejamento Estratégico (2010-2022), que foi revisado em 2017. Explicou que paralelo à proposta foi concluído em agosto o Plano Plurianual (PPA) da instituição, que representa os objetivos e metas para os quatro anos. Informou que o PPA foi encaminhado para o governo do Estado e que hoje se encontra na Assembleia Legislativa aguardando apreciação e aprovação. Disse que a comissão organizou seu cronograma de atividades com reuniões e discussões. Ressaltou que foi aberto prazo para coleta de sugestões relativas ao orçamento de 2020, com a divulgação na página do Ministério Público, tanto para o público interno como para a sociedade. Demonstrou o quadro da inflação oficial a partir do ano de 2008, bem como a evolução do orçamento a partir do ano de 2010. Informou que a comissão fechou a proposta orçamentária para 2020 no percentual de 11,39%, no qual foi incluído o reajuste dos subsídios, o reajuste legal dos servidores e a revisão dos contratos, totalizando o valor de R\$ 236.702,56. Disse que houve um incremento de R\$ 24.205.571 em relação ao exercício de 2019. Apresentou os riscos e desafios do

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

orçamento de 2020, quais sejam, a necessidade de adequação dos quadros de membros e servidores e o redimensionamento da força de trabalho; o novo perfil de atuação relativo aos meios de justiça restaurativa que precisa ser implantado no âmbito do MP/PI, ressaltando que há uma resolução do CNMP que determina que cada unidade ministerial tenha o seu núcleo de autocomposição; a modernização administrativa sobre a implantação de secretarias unificadas, lembrando que já existe um projeto piloto na Promotoria de Picos; a padronização de rotinas administrativas para que as promotorias, de acordo com as suas atribuições, tenham um fluxo uniforme; o fomento de uma cultura organizacional de planejamento sempre alinhada à execução orçamentária; e a reforma da previdência e o déficit previdenciário, vez que o repasse referente às contribuições são aquém do número de membros. Concluída a apresentação a Presidente se colocou a disposição para mais informações, assim como os membros da comissão presentes a sessão. A Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho indagou à Procuradora-Geral se nessa proposta não há previsão de aumento para Procurador e Promotor de Justiça. A Procuradora-Geral respondeu que foi incluído um incremento de 4,5% nos subsídios dos membros e 4,5% na remuneração dos servidores. A Dra. Clotildes perguntou ainda quanto vai representar no aumento do custeio esse incremento de R\$ 24.000.000. A Procuradora-Geral disse que a folha de pessoal é de 78,27% e o restante é de custeio. Ainda com a palavra a Dra. Clotildes perguntou se há previsão de alguma construção. A Procuradora-Geral respondeu que existe alguns projetos relativos à construção de sedes de Promotorias de Justiça no interior do Estado. Após, o Procurador de Justiça Alípio de Santana Ribeiro solicitou um esclarecimento em relação a fala da PGJ quando esta se referiu ao previdenciário no sentido de que os repasses não estão a altura da despesa. A Procuradora-Geral esclareceu que isso ocorre em razão do Ministério Público possuir um déficit previdenciário há algum tempo. O Dr. Alípio sugeriu que fosse destinada uma parcela do orçamento para conservação do terreno onde será construída a sede do Ministério Público, visto que está abandonado e com novas invasões. A Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima ressaltou que na época em que encerrou o seu mandato na Procuradoria de Justiça deixou um projeto para construção de uma

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

garagem no terreno onde será a futura sede do Ministério Público, a fim de que fosse feita a guarda dos carros e também a sala dos motoristas. A Procuradora-Geral esclareceu que consta no orçamento, na parte de obras e construções, uma previsão relativa ao terreno onde será a sede do MP/PI. Acrescentou que há um projeto em trâmite na Coordenadoria de Licitações para a construção da garagem, no qual está sendo feito alguns ajustes e que certamente será executado. Em relação à invasão, esclareceu que está acompanhando a ação que tramita na justiça. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes indagou à Procuradora-Geral se esse incremento de R\$ 24.205.571 contempla as sugestões apresentadas por ele durante a reunião sobre o orçamento, da qual participou representando a Associação Piauiense do Ministério Público, quais sejam, aumento do valor para o pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), auxílio alimentação, auxílio saúde e aquisição de 3 (três) meses de licença-prêmio em 2020. A Procuradora-Geral respondeu que na proposta foi colocado um reajuste de 10% nos auxílios saúde e alimentação, correspondendo aos valores de R\$ 440,00 e R\$ 1.843,00, respectivamente. Em relação à PAE, disse que foi acrescentada mais uma folha extra. A Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho indagou à Procuradora-Geral qual o valor pago mensalmente pelo aluguel da sede leste do Ministério Público. A Procuradora-Geral informou que o valor mensal é de R\$ 220.883,79. O Procurador de Justiça José Ribamar da Costa Assunção argumentou que esse valor não consta na proposta orçamentária, assim, entende que os valores deveriam ser apresentados de forma clara e detalhada. A Procuradora-Geral esclareceu que a proposta apresentada para o Colégio é a mesma que será encaminhada para a SEPLAN, de forma codificada, contendo apenas as rubricas e suas respectivas descrições. O Dr. Assunção ressaltou a necessidade do Ministério Público andar sempre em parceria com o Tribunal de Justiça, vez que este órgão é o grande parâmetro para o MP/PI. A Procuradora de Justiça Teresinha de Jesus Marques disse que a proposta apresentada é objeto de estudo das pessoas que trabalham nos departamentos respectivos, e que é um trabalho muito bem planejado e equilibrado de forma que não tem nada a contestar. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes sugeriu que a Procuradora-Geral constitua uma equipe para tratar do orçamento

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

junto aos poderes legislativo e executivo, a fim de que não haja redução do que está sendo proposto. Ressaltou que essa proposta está muito modesta para o avanço do MP/PI e para as necessidades de se prestar um serviço de excelência e relevância para a sociedade. A Procuradora-Geral disse que a comissão conta com a experiência da Dra. Zélia Saraiva Lima e dos outros gestores, bem como pede o apoio do Colegiado para que possam reforçar essa proposta e a necessidade dos recursos perante a sociedade, a assembleia e o governo, que é o mínimo para que se possa desenvolver um trabalho importante para a sociedade piauiense. Concluídos os debates, a Presidente submeteu a proposta orçamentária à votação. Após colhidos os votos, a Presidente declarou que este Colegiado, por unanimidade, aprovou a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2020, na forma da Lei Complementar nº 12/93, art. 16, inciso III e art. 3º, inciso III, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça. Assuntos Institucionais: a Procuradora-Geral convidou todos para participarem das atividades promovidas pelo Comitê de Saúde e Qualidade de Vida, relativa ao setembro amarelo pela valorização da vida, em especial para a caminhada, que será realizada no dia 21 de setembro, com concentração na ponte estaiada, a partir da 7:30h. Informou que na oportunidade haverá manifestações através de músicas e de outras atividades, no sentido de chamar atenção para essa temática. Em seguida a Procuradora-Geral passou a palavra à Promotora de Justiça Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes, Coordenadora do Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SQVT), para falar sobre a campanha "setembro amarelo pela valorização da vida". A Dra. Cléia ressaltou que o Ministério Público do Piauí conta com um programa de desenvolvimento humano em matéria de gestão de pessoas que contempla várias áreas, e que, especificamente em relação a qualidade de vida, desde 2013 iniciaram-se as atividades, as quais estão sendo a cada dia mais expandidas e aperfeiçoadas. Disse que o setembro amarelo já faz parte do calendário do MP/PI com uma programação bem intensa, tendo como ponto alto, esse ano, a caminhada, cuja intenção é fazer o evento da instituição e das instituições parceiras. Destacou a importância da campanha, enfatizando que é responsabilidade social de todos enquanto instituição e seres humanos, para esse mês em que o país volta a atenção

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

para essa temática de valorizar a vida e de enfrentar o sofrimento emocional como algo que merece de fato ser debatido institucionalmente. Por fim divulgou a programação da campanha, bem como convidou todos e pediu para que seja estimulada a participação dos assessores, acrescentando que o convite é extensivo aos familiares. Posteriormente, o Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes indagou se a Procuradora-Geral tinha alguma informação acerca da transformação da licença-prêmio em pecúnia ainda nesse exercício. A Procuradora-Geral respondeu que já determinou à Coordenadoria de Recursos Humanos para fazer o levantamento individual das licenças-prêmio, assim como informou que o ato de regulamentação já está sendo elaborado. Acrescentou que está adotando todas as providências necessárias e que a intenção é que o pagamento seja realizado no mês de outubro. A Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho indagou a Procuradora-Geral acerca do pagamento do 13º salário. A Procuradora-Geral disse que de acordo com a legislação o pagamento da segunda parcela do 13º salário deve ser efetuado em dezembro, mas que a Procuradoria-Geral tem a tradição de realizar o pagamento antecipadamente. Esclareceu que está estudando essa possibilidade, visto que quando esse pagamento não é realizado em dezembro, é preciso ser feito um ajuste manual para fechar o exercício no final do mês de dezembro, em razão da folha de pagamento ainda trabalhar de forma manual. Argumentou que a Administração almeja incrementar na gestão um melhor apoio técnico de TI, a fim de viabilizar essa situação, tornando-a mais célere. O Procurador de Justiça Hugo de Sousa Cardoso fez algumas observações acerca do pagamento da licença-prêmio. Disse que foi informado informalmente pela Procuradora-Geral de que iria pagar apenas 10 (dez) dias dessa licença. Afirmou de antemão que a classe já está meio decepcionada, porque criou-se uma expectativa de que seria pago um mês de licença-prêmio. Disse que fala como parte interessada e como presidente de associação. Esclareceu que criou-se essa expectativa desde a gestão do Dr. Cleandro. Recorda e invoca o testemunho dos colegas de que o Dr. Cleandro disse que não pagaria uma licença-prêmio cheia (3 meses), porque não tinha orçamento, mas que pagaria um mês, que era o permitido fracionar. Então, diante da informação prestada extraoficial, confessa e informa que a classe está deverasmente desapontada,

Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

inclusive já tem um entendimento de alguém querendo fazer algumas observações no sentido de quando o ato for expedido haver um movimento de que não aderissem ao pagamento, se este for apenas de 10 dias. A Procuradora-Geral ressaltou que tudo que é feito está de acordo com a execução orçamentária. Falou que hoje não tem dinheiro em caixa para pagar um mês de licença-prêmio, que corresponde a uma folha de pagamento. Argumentou que posteriormente poderá até fazer um expediente aos senhores detalhando sobre esses valores. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes questionou qual o valor que a Procuradoria-Geral teria para realizar o pagamento. A Procuradora-Geral falou que está trabalhando com base nos dez dias, nos mesmos moldes da conversão das férias. O Dr. Hugo indagou se há um permissivo legal de fracionar em dez dias, pois o Dr. Cleandro afirmou que não é permitido esse fracionamento, podendo apenas fracionar até um mês. O Dr. Hugo disse ainda que o Ministério Público do Piauí é o último dos Estados que não concluiu o pagamento da PAE. A Procuradora-Geral registrou que foi o último Estado também a começar a pagar. O Dr. Hugo argumentou que é louvável a gestão do Dr. Cleandro ter conseguido a aprovação dessa Lei que permite indenizações de férias e licenças, porém deve-se observar que essa lei já está quase com um ano e ainda não foi pago um mês de licença. A Procuradora-Geral afirmou que todos tem o seu compromisso para, dentro do orçamento e no que for possível legalmente, pagar esses direitos. Acrescentou que irá trabalhar como meta a execução de 100% do orçamento. Por fim, agradeceu a participação de todos, ressaltando que foram muito exitosas todas as manifestações e as ideias que foram trocadas, bem como os posicionamentos que contribuíram e somaram bastante para o amadurecimento, inclusive relativo ao orçamento. Agradeceu penhoradamente a cada um dos senhores e senhoras e disse que está aberta para juntos trabalharem pelo orçamento, perante a sociedade e perante as instituições. Nada mais a ser tratado, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, e para constar, eu, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Procuradora de Justiça e Secretária Designada do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 09 de setembro dois mil e dezenove.